



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

(Decreto n. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932)

Id: 99372

ANO III

RIO DE JANEIRO, 27 DE JANEIRO DE 1934

N. 9

SUMÁRIO

I — Jurisprudência do Tribunal Superior:

1. Processo n. 563 — São Paulo.
2. Processo n. 578 — Rio de Janeiro.
3. Processo n. 579 — Consulta dos Tribunais Regionais.
4. Processo n. 586 — Minas Gerais.

II — Editais e avisos.

TRIBUNAL SUPERIOR DE JUSTIÇA ELEITORAL

JURISPRUDENCIA

(Art. 14º n. 4, do Código Eleitoral e art. 80 do Regimento Interno do Tribunal Superior)

Processo n. 563

Natureza do processo — São Paulo — Sobre o aumento do quadro do pessoal do Tribunal Regional Eleitoral.

Juiz relator — O Sr. ministro Eduardo Espinola.

Está plenamente justificada a representação do presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, sobre a necessidade de se aumentar o quadro dos funcionários de sua Secretaria.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos:

Considerando atentamente tudo quanto, em sua representação, constante do ofício n. 3.692, ao excellentíssimo senhor ministro da Justiça e Negócios Interiores, faz ver o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, quanto á necessidade de se ampliar o quadro dos funcionários da respectiva Secretaria;

Considerando o que ainda expõe o mesmo presidente do Tribunal Regional de São Paulo, em ofício ao presidente do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, a fls. dos autos;

Considerando que, efetivamente, para o intenso serviço eleitoral da região de São Paulo, é de manifesta insuficiência, ante as considerações expendidas nos referidos ofícios, o número dos funcionários da Secretaria do Tribunal Regional de São Paulo:

ACORDAM os juizes do Tribunal Superior de Jus-

tiça Eleitoral, por unanimidade de votos, em responder á consulta do Exmo. Sr. ministro da Justiça e Negócios Interiores, declarando que considera plenamente justificada a necessidade de se aumentar o quadro dos funcionários da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, de modo que possa atender ás exigencias e conveniências do serviço a seu cargo.

Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, em 23 de novembro de 1933. — *Hermenegildo de Barros*, presidente. — *Eduardo Espinola*, relator.

ANEXO N. 1

Offício do presidente do Tribunal Eleitoral de S. Paulo e enviado ao Tribunal Superior, pelo Sr. ministro da Justiça.

São Paulo, em 20 de novembro de 1933 — Exmo. senhor doutor Antunes Maciel, D. ministro da Justiça e Negócios Interiores:

“Peço permissão a V. Ex. para voltar a solicitar de V. Ex. o aumento do número de funcionários da Secretaria do Tribunal Eleitoral desta Região. A necessidade de vir novamente á presença de V. Ex. se torna agora premente, em vista da deliberação que tomou a Chefatura de Polícia deste Estado, de suprimir, a começar de 1 de dezembro, a verba destinada a auxiliar o serviço federal dos arquivos afetos á mesma Secretaria.

Como decerto sabe V. Ex., o Governo do Estado havia concedido aquêlê auxilio, não só porque o Governo Provisório manifestara a todos os interventores o desejo de que eles auxiliassem o alistamento, como também porque não queria que por falta de auxilio se deixasse de formar o eleitorado nesta Região e de se realizarem as eleições. Findas estas o mesmo auxilio continuou, porque eu fiz ver ao Governo Estadual a necessidade de se proceder ao fichamento regular e ao arquivamento perfeito de todos os processos eleitorais do Estado em número de quasi trezentos mil. E, graças aquêlê auxilio, o serviço ficou perfeito. Mas como todos os bons serviços, a necessidade de sua conservação continúa, tanto mais que vai aumentar, decerto, o alistamento futuro. Cumpre não estabelecer solução de continuidade no arquivamento regular de todos os papeis existentes e dê todos os serviços do Tribunal, inclusive o que advier nas futuras eleições. Foram contratados, mercê daquêlê auxilio, cerca de 50 auxiliares, que trabalhavam sem interrupção sob a direção dos chefes de secção e demais funcionários federais da Secretaria. Mas a 12 do corrente, recebi um ofício do Dr. chefe de Polícia no qual me comunicava que, por motivos de ordem econômica, seria suspensa, a 1º de dezembro, a contribuição da Polícia para o serviço eleitoral. Esses motivos são, sem dúvida, respeitáveis, mesmo porque o serviço é de natureza federal e eu bem compreendo que não podia o auxilio estadual permanecer indefinidamente. Mas V. Ex. bem perceberá que já neste ponto não é possível prescindir de mais auxiliares. O número dos funcionários federais é, relativamente, diminuto, dado o serviço neste Estado, que, certamente hade mais incrementar-se para o futuro. Sem o au-

mento do pessoal da Secretaria, creio poder afirmar que o serviço do Tribunal, no futuro alistamento e das eleições, se tornará impraticável, com a presteza exigida pela natureza do trabalho e pela quantidade dos papeis. Já a 13 de setembro do corrente ano, tive a honra de representar a V. Ex. sobre essa necessidade do aumento do pessoal da Secretaria, e hoje essa necessidade cresceu em vista do que venho de expôr. Penso eu que, sem ser elevado o número de funcionários ao menos de mais dez, o serviço não poderá prosseguir com eficácia. Ao alto espirito de V. Ex. não escapará por certo a importância de equiparar o trabalho desta Região com o das pequenas Regiões de nosso país. E é com toda a confiança que eu espero as patrióticas providências de V. Ex. no sentido exposto".

Agora rogo a V. Ex. os seus bons officios no sentido de se convencer ao Exmo. Sr. ministro da Justiça sobre a necessidade do aumento do pessoal. Pela leitura que V. Ex. se dignar fazer do officio que reproduzi, certamente se convencerá de que nada mais justo do que o pedido que ora faço.

ANEXO N. 2

Informação da Secretaria do Tribunal Superior

Sobre o aumento de dois officiais, quatro auxiliares e quatro datilógrafos para a Secretaria do Tribunal Regional de São Paulo — O pedido foi encaminhado pelo Ministério da Justiça, com o aviso n. 2.369/33, para que seja emitido parecer a respeito.

Relativamente à matéria, tenho a informar:

1º) O quadro do pessoal da Secretaria do T. R. de São Paulo é idêntico ao dos Estados do Rio Grande do Sul e de Minas, isto é, compõe-se de um diretor, dois chefes de secção, dois officiais, quatro auxiliares, um porteiro, um contínuo e dois serventes (decr. n. 21.302, de 18 de abril de 1933) e dois datilógrafos (decr. n. 22.428, de 1 de fevereiro de 1933).

Esse, também, era o quadro da Secretaria Regional do Distrito Federal. O decreto n. 22.397, de 26 de janeiro d'este ano, porém, aumentou, embora a título provisório, o número de funcionários da referida Secretaria, alguns dos quais continuam em exercício.

2º) Existem pedidos de igual natureza dos seguintes Tribunais Regionais:

Paraná — Sobre a criação de mais dois cargos de auxiliares e de um de datilógrafo. (Processo n. 165 — "Boletim Eleitoral" n. 3, de 7 de janeiro de 1933, pag. 56).

"O T. S. resolveu encaminhar a representação ao Governo para deliberar sobre o assunto, visto se tratar de criação de cargos, matéria de sua exclusiva competência.

Nota — O decreto n. 22.428, de 1 de fevereiro de 1933 (Leg. Jurs. Eleits. fasc. IV — pg. 211), entre os 30 lugares de datilógrafos que foram creados, destinou um deles para a Secretaria do T. R. do Paraná. Até agora, não foram, porém, creados os dois lugares de auxiliar.

Minas Gerais — Sobre a criação de dois officiais, dois auxiliares e dois datilógrafos para a Secretaria do Tribunal Regional. (Proc. n. 212, de 3 de janeiro de 1933. "Boletim Eleitoral" n. 38, pag. 678).

"O T. S. resolveu encaminhar a representação ao Chefe do Governo Provisório, no uso da atribuição que lhe confere o n. 8, do art. 14 do Código, propondo a sua aceitação".

Nota — Até á presente data não foram creados os dois lugares de official e os dois de auxiliar. O decreto n. 22.428, incluiu, porém, os dois datilógrafos para a Secretaria do T. R. de Minas.

Está dependendo de resolução do Governo o projeto aprovado pelo T. S., em sessão de 6 de junho de 1933. ("Boletim Eleitoral" n. 104/33, sobre o prosseguimento do alistamento, entre o qual figuram medidas referentes aos arquivos eleitorais.

E' o que me cabe informar, em cumprimento ao despacho de fls. do MM. ministro relator.

Secretaria do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, em 21 de novembro de 1933. — *Edmundo Barreto Pinto*, official. Visto. — *Gomes de Castro*, diretor.

Processo n. 578

Natureza do processo — Rio de Janeiro — Sobre o arquivamento dos processos de recursos contra a expedição de diplomas, na Secretaria do Tribunal Superior e quanto aos documentos que devem ser devolvidos às Secretarias Regionais.

Juiz relator — O Sr. ministro Eduardo Espinola.

Os processos de recursos contra a expedição de diplomas, com todos os seus anexos, pertencem ao arquivo do Tribunal Superior.

Devem ser devolvidos aos Tribunais Regionais os documentos, que sejam requisitados de seus arquivos, para esclarecimento de algum ponto obscuro, assim como os livros das atas de apuração e uma das vias da fôlha de votação.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos:

Considerando que pertencem ao arquivo do Tribunal Superior os processos de recursos contra a expedição de diplomas com todos os seus anexos;

Considerando que só se devem devolver aos Tribunais Regionais os documentos que o Tribunal Superior tenha requisitado para esclarecimento de pontos obscuros, assim como os livros das atas de apuração e uma das vias da fôlha de votação:

ACORDAM os juizes do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, por unanimidade de votos, que não devem ser restituídos ao Tribunal Regional do Estado do Rio de Janeiro os 44 processos de recursos eleitorais interpostos das turmas apuradoras e os mapas de apuração geral, que subiram a este Tribunal, como anexos do recurso contra a expedição de diplomas.

Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, em 19 de dezembro de 1933. — *Hermenegildo de Barros*, presidente. — *Eduardo Espinola*, relator.

Processo n. 579

Natureza do processo — Secretaria e outro — Consulta sobre o prosseguimento do alistamento eleitoral.

Juiz relator — O Sr. ministro Carvalho Mourão.

I — Manda-se reiniciar o serviço de alistamento, tão sómente nos lugares onde houver gabinete de identificação, o qual deve ser feito nos estrilos ternos do Código Eleitoral e do Regulamento Geral.

II — Não é possível determinar-se que os identificadores reassumam os seus postos, porque o governo ainda não providenciou no sentido de dotar esse serviço com a necessaria verba, nem forneceu, até agora, aos cartorios eleitorais o indispensavel material para a identificação dactiloscópica.

ACÓRDÃO

Tendo presentes os telegramas de fls. 2, 3, 4 e 6 e o officio de fls. 5, nos quais os Presidentes dos Tribunais Regionais do Amazonas, Maranhão, Baía, Estado do Rio de Janeiro e Santa Catarina consultam: 1º, si devem determinar que os identificadores reassumam os seus postos,

sumam os seus postos; 2º, si devem mandar que se reinicie o alistamento eleitoral;

RESOLVE o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral responder:

1º, que não é possível determinar-se já que os identificadores reassumam seus postos, porque o Governo ainda não providenciou no sentido de dotar esse serviço com a necessaria verba nem forneceu ainda aos cartórios eleitorais o indispensável material para a identificação dactiloscópica;

2º, que o alistamento eleitoral, legalmente, devia ser reiniciado no dia seguinte ás eleições de 3 de Maio do ano p. p. e só não o poudo ser, de fato, por falta de identificadores a postos e do aludido material dactiloscópico; visto que haveria como até agora ha de ser feito nos estritos termos do Código Eleitoral e do Regimento Geral das Secretarias, Juizes e Cartórios Eleitorais;

3º, que desde 6 de Junho do ano p. p. encaminhou este Tribunal ao Governo Provisório um Anteprojeto contendo as providencias que lhe parecem convenientes para que possa reiniciar-se regularmente em todo o país o alistamento; mas que, pelo cuidadoso estudo a que está sujeito esse Anteprojeto, pode ser que se demorem a adoção e a execução das ditas providencias;

4º, que, assim sendo, podem os Tribunais consultantes mandar reiniciar, o serviço do alistamento tão somente nos lugares onde houver gabinete de identificação.

Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, 9 de Janeiro de 1934. — *Hermenegildo de Barros*, presidente. — *Carvalho Mourão*, relator.

Parecer da Secretaria, anexo ao processo n. 579, sobre o reinício do alistamento eleitoral

Nos telegramas e officios de fls. 2,7, os Tribunais Regionais do Amazonas, Maranhão, Baía, Rio de Janeiro e Santa Catarina, se podem continuar o serviço de alistamento, atendendo a que no Distrito Federal continua a se proceder á inscrição dos eleitores como se vê da publicação, periodicamente feita no órgão official ("Boletim Eleitoral").

O decreto n. 22.168, de 5 de dezembro de 1932, estabeleceu medidas de emergência para facilitar o alistamento dos eleitores da Assembléa Nacional Constituinte — (ampliação dos beneficios da qualificação *ex-officio*, adoção do serviço de identificação, apenas onde houvesse gabinete official e expedição dos titulos eleitorais pelos juizes (art. 4º § 6º) e não mais pelos Tribunais Regionais (Código, art. 45; Regimento Interno, art. 16 n. 9; Regim. Geral, art. 45).

Encerrado o prazo do periodo inscricional para o alistamento dos eleitores da Assembléa Constituinte, voltaram, então, a vigorar em toda a plenitude os dispositivos do Código, desde a qualificação á expedição dos titulos.

Sobre o assunto, devo informar o seguinte:

I — que, em sessão de 30 de maio de 1933 o T. S. tomando conhecimento de uma consulta do T. R. do Piauí, votou no sentido de se responder, quanto ao reinício do alistamento, aguardar-se o estudo do anteprojeto pelo T. S. ("B. Eleitoral" n. 102, de 7 de junho de 1933 — pags. 2.226. (Processo n. 349).

II — que, em sessão de 6 de junho de 1933, o T. S. resolveu aprovar e remeter ao governo um projeto de decreto a ser expedido, para prosseguir regular e eficientemente o

serviço de alistamento *suspensso*, nos termos do § 2º do art. 1º do decreto n. 22.560, de 20 de março a 3 de maio de 1933 ("B. Eleitoral" n. 104, de 14 de junho de 1933 — paginas 2.273 e seguintes).

III — que, em sessão de 7 de julho de 1933, o T. S. respondeu ás observações feitas pelo Ministerio da Justiça, sobre o anteprojeto ("B. E." n. 116 — pag. 2.458 — 1ª columna).

IV — que, efetivamente, o T. R. do Distrito Federal, já vem expedindo os titulos eleitorais, nos estritos termos do Código Eleitoral e de Regimento Geral dos Juizes, Secretarias e Cartorios Eleitorais.

Como já tive ocasião de declarar acima, o alistamento só foi considerado *suspensso* no periodo de 20 de março á 3 de maio de 1933 (decreto n. 22.560, art. 1º § 2º).

Cessando, como cessaram as facilidades creadas pelo decreto n. 22.168, automaticamente, o alistamento foi reaberto. Mas, praticamente, sem resultado, pela falta do aparelhamento material indispensavel para identificação dactiloscópica e pela ausência de identificadores, em disponibilidade não remunerada, pela falta de credito para pagamento dos vencimentos respectivos.

"E não é só. O Egregio T. S. ao examinar o anteprojeto aprovado em sessão de 6 de junho de 1933, foi o primeiro a considerar a impraticabilidade e a morosidade do processo segundo o rito estabelecido no Código, tanto que aventou a conveniência de se "decretar como modificação permanente do Código as providencias e preceitos contidos no anteprojeto, os quais nada mais são, em sua grande maioria, do que a consolidação das medidas de emergência promulgadas para facilitar o alistamento dos eleitores da Constituinte e que se revelaram mais consentaneas com as necessidades praticas do país (enormes distancias entre os centros povoados, escassez e dificuldades de comunicação)."

Tal projeto, porém não foi convertido em lei, até a presente data.

Daí, portanto, a conveniência em se adotar uma medida de ordem geral, para os efeitos de prosseguir o alistamento, onde houver serviço de identificação, nos termos do decreto n. 21.076 de 24 de fevereiro de 1932 (Código Eleitoral) e do Regimento Geral, já citado.

Secretaria do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral em 8 de dezembro de 1933. — *Edmundo Barreto Pinto*, — De acôrdo. — *Gomes de Castro*, director.

NOTA — Em sessão de 12-1-1934, o Tribunal Superior aprovou a redação final do novo projeto de decreto sobre o alistamento. Vide "Boletim Eleitoral" ns. 1 e 6 de 1934.

Processo n. 586

Natureza do processo — Minas Gerais — Pedido de dispensa do juiz do Tribunal Regional Eleitoral, dr. Orozimbo Nonato da Silva, visto haver sido convidado para exercer o cargo de advogado geral do Estado.

Juiz relator — O Sr. Dr. Affonso Penna Junior.

Concede-se a dispensa solicitada, por ser justificado o motivo alegado (art. 7º do Código Eleitoral).

ACORDÃO

Visto, etc.

Resolve o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral conceder a dispensa pedida pelo Dr. Orozimbo Nonato da Silva, do cargo de Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais, por lhe parecer justificado o motivo.

Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, em 26 de dezembro de 1933. — *Hermenegildo de Barros*, presidente. — *Affonso Penna Junior*, Relator. (decisão unanime).

TRIBUNAL REGIONAL DE JUSTIÇA ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

EDITAIS E AVISOS QUALIFICAÇÃO REQUERIDA

Primeira Circunscrição

TERCEIRA ZONA ELEITORAL

(Distritos municipais de Copacabana, Gavea e Lagôa)

Juiz — Dr. José Duarte Gonçalves da Rocha

Escrivão — Carlos Waldemar de Figueiredo

QUALIFICADO POR DESPACHO DE 18 DE JANEIRO DE 1934

2.587. Eulalia Cavalcanti de Albuquerque.

QUALIFICADOS POR DESPACHO DE 17 DE JANEIRO DE 1934

5.931. Joaquim Saturnino Rodrigues de Britto.

5.975. Aloysio Neiva.

QUALIFICADO POR DESPACHO DE 18 DE JANEIRO DE 1934

5.976. Gilberto Augusto de Andrade.

INDEFERIMENTO:

5.985. Casemiro do Nascimento Ramos Filho. — Há discordancia entre o nome do requerente e o que consta da certidão de fls. Deve, pois, o qualificando comprovar a sua identidade.

Rio, 24 de janeiro de 1934. — Dr. José Duarte.

Segunda Circunscrição

QUINTA ZONA ELEITORAL

(Distritos municipais de Engenho Velho, São Cristóvão e Tijuca)

Juiz — Dr. João Severiano Carneiro da Cunha

Escrivão — Francisco Farias

QUALIFICADO POR DESPACHO DE 19 DE JANEIRO DE 1934

5.440. Valdemiro Fernandes Lima.

QUALIFICADOS POR DESPACHO DE 17 DE JANEIRO DE 1934

5.533. Jaime Moreira Borges.

5.534. Rufino Ferreira Cardoso.

5.535. José Lacerda Araujo Feio.

5.536. Norival Rosa Fialho.

5.537. Agenor Alves Carneiro.

5.538. Lauriano Pinto Teixeira.

5.539. Oai Fonseca.

5.540. Edith de Araujo.

5.541. Silvino Gustavo Carneiro da Cunha.

5.542. Raul Faria.

5.543. Sebastião Lopes da Silva.

5.544. Octacilio Pinto Teixeira.

QUALIFICADOS POR DESPACHO DE 19 DE JANEIRO DE 1934

5.545. Angela Morais Jardim Guimarães.

5.546. Hildebrando Murga Silva Filho.

Terceira Circunscrição

SETIMA ZONA ELEITORAL

(Distritos municipais de Piedade, Inhaúma, Irajá e Penha)

Juiz — Dr. Nelson Hungria

Escrivão — Placido Modesto de Mello

QUALIFICADOS POR DESPACHO DE 17 DE JANEIRO DE 1934

6.838. Arthur Bibiano de Oliveira.

6.839. Antonio Braga.

QUALIFICADOS POR DESPACHO DE 18 DE JANEIRO DE 1934

6.812. Humberto Gonçalves Barreto.

6.813. Carlos Moreira da Cunha.

6.814. Oronio Bonacorso.

6.815. Joaquim Nogueira da Conceição.

6.816. Alfredo Augusto Pinto.

6.817. Moacyr Alves Branca.

6.818. Ernani de Souza Coelho.

6.819. Moyses Duarte Lisboa.

6.820. Sizenando Macedo Antunes.

6.821. José Alem Castro.

6.822. Sebastião Macedo Pimentel.

6.823. Adelino Rodrigues da Silva.

6.824. Raul Fernandes Correia.

6.825. Waldemar Pinho França.

6.826. Manoel Alves Fernandes.

6.827. Eugenio de Mattos Fernandes.

6.828. Manoel Fernandes Leite.

6.829. Moacyr Aguiar Cascaes Telles.

6.830. Arthur José Antunes.

6.831. Rubem Pereira de Castro.

6.832. Amaro de Almeida Batista.

6.833. Marcelino Marques.

6.834. João Gonçalves da Rocha Filho.

6.835. Leonel José Ferreira.

6.840. Carlos Pereira Alves.

6.441. Marcilio da Costa Guimarães.

6.842. Nelson de Souza Telles.

6.843. Mathias Antonio Menas.

6.844. Lino Mariano de Aguiar.

6.845. Othelo de Oliveira.

6.846. Julio Magalhães.

6.847. José Borges.

6.848. Cypriano Jorge de Oliveira.

6.850. João Alves Barbosa.

6.851. Jayme de Azevedo Alves.

6.852. Paulo João Parada.

6.853. Lucio Benevenuto Filho.

6.854. Clemente Lopes Coelho.

6.856. João Bernardo da Rocha.

6.857. Paschoal José Geraldo.

6.858. Isaac Mendes de Almeida.

6.859. João Jeronymo de Azevedo.

6.860. Augusto Lopes Gabriel.

6.861. Djahy Maria de Moraes Rodrigues.

6.862. Maria de Assumpção.

6.863. Darcy Guimarães Lopes.

6.864. Dante Guazzo.

6.855. Oswaldo Lassale.

6.866. Lauro Montenegro Vargas.

6.867. Olegario da França Pereira.

6.868. Joaquim da Cunha Coelho.

6.869. Jorge Medeiros dos Santos.

6.870. Ary Manoel dos Santos.

6.871. Arthur da Silva Pichenini.

6.872. Antonio Berlim de Aragão.

6.873. Julio Dias de Souza.

6.874. Felismino Tavares de Oliveira.

6.875. Nelson Ferreira dos Anjos.

6.876. Antonio da Costa Mello.

6.877. Humberto Ambrosio.

6.878. Aprigio Martins.

6.879. Wellington Barbosa.

6.880. Nestor de Araujo Pinho.

- 6.881. Bento Ramos.
6.882. João do Nascimento Dermund.
6.883. Jorge Ferreira de Souza.

PROCESSOS EM DILIGENCIA:

- 6.849. Antenor José Ferreira.
6.855. Zeny Reis Soares.

OITAVA ZONA ELEITORAL

(Distritos municipais de Jacarépaguá, Madureira, Pavuna e Anchieta)

Juiz — Dr. Afranio Antonio da Costa

Escrivão — Placido Modesto de Mello

QUALIFICADOS POR DESPACHO DE 16 DE JANEIRO DE 1934

- 4.416. Ildefonso Cabouclum.
4.417. José Wrenchu Alves Ferreira.
4.418. José Garritano.
4.419. José Antonio Lapa.
4.420. Waldemiro José de Moraes.
4.421. Miguel Sinfonio de Magalhães Coutinho.
4.422. João Baptista.
4.423. Benedicto Ferreira Valentim.
4.424. Antenor Antonio Ferreira.
4.425. Alvaro Monteiro Severino.
4.426. Silverio da Silva Filho.
4.427. Sebastião de Oliveira Sampaio.
4.428. Pedro Rodrigues de Mello.
4.429. Paulino Francisco da Costa.
4.430. Paulo Moura.
4.431. Onofre Castano dos Santos.
4.432. Norival Alves da Silva.
4.433. Nelson de Queiroz Figueiredo.
4.434. Mario dos Santos Reis.
4.435. Jason Costa.
4.436. Josino da Silva.
4.437. Jayme Nery Gimenes.
4.438. João Francisco de Mendonça.
4.439. José da Silva Castro.
4.440. Evaristo Pereira da Silva.
4.441. Adriano Ignacio de Campos.
4.442. Antonio Domingos Alves.
4.443. João Baptista Vieira.
4.444. Alayde Pereira Lobo.
4.445. Diccás Rangel.
4.446. Jonas Avelino dos Santos.

QUALIFICADOS POR DESPACHO DE 17 DE JANEIRO DE 1934

- 4.447. Moacir Gonçalves Mendes.
4.448. Euzebio Paulo Baía.
4.449. Bernardino Rodrigues Machado.
4.450. Agize Barbary.
4.451. Alvaro Fernandes de Oliveira.
4.452. Euclides Maria de Jesus.
4.453. José Machado de Vasconcellos.
4.454. Zeuxis Soares Pessoa.
4.455. Pedro Carlos da Fonseca.
4.456. Jayme de Almeida Cardoso.
4.457. Oswaldo Manoel da Silva.

EDITAIS DE INSCRIÇÃO

Primeira Circunscrição

PRIMEIRA ZONA ELEITORAL

(Distritos municipais de Candelária, São José, Santa Rita, Sacramento, São Domingos e Ilhas)

Juiz — Dr. Antonio Vieira Braga

Faço público, para os fins dos arts. 43 do Código e 25 do Regulamento dos Juizes e Cartórios Eleitorais, que por este Cartório e

Juizo da 1ª Zona Eleitoral, estão sendo processados os pedidos de inscrição dos seguintes cidadãos:

ALCIDES FERREIRA CAMPELO (22.204), filho de José de Miranda Ferreira Campelo e de D. Maria Isabel de Miranda Campelo, nascido a 17 de dezembro de 1883, em Pelotas (Estado do Rio Grande do Sul), comércio, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Candelária. (Qualificação requerida.)

ANTONIO CARDOSO (22.206), filho de João Batista Cardoso e de Ana Carolina Cardoso, nascido a 15 de novembro de 1881, em Campos (Estado do Rio), comércio, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Candelária. (Qualificação requerida.)

MANOEL PIRES DE MELO (22.205), filho de Moisés Pires de Melo e de Sara Pires de Melo, nascido a 15 de julho de 1899, no Distrito Federal, industrial, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Candelária. (Qualificação requerida.)

JOAQUIM ANTONIO FERREIRA DE SOUZA (22.198), filho de Antonio Ferreira de Souza e de Maria de Souza Pina, nascido a 2 de julho de 1901, no Distrito Federal, comércio, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de São José. (Qualificação requerida.)

CUSTODIO DO ESPIRITO SANTO (22.199), filho de Rita Maria do Espirito Santo, nascido a 15 de março de 1896, no Distrito Federal, mecânico, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de São José. (Qualificação requerida.)

OTON JOSÉ ANTUNES (22.200), filho de José Silveira Antunes e de Francisca Julia Antunes, nascido a 17 de setembro de 1899, em Niterói (Estado do Rio), comércio, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Candelária. (Qualificação requerida.)

ANTENOR ANTONIO DE ARAUJO (22.201), filho de Constantino Fernandes de Araujo e de Joaquina Rosa da Conceição, nascido a 14 de setembro de 1887, em Saquarema (Estado do Rio), comércio, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal do Distrito Federal. (Qualificação requerida.)

ELIAS DANSO (22.202), filho de Pedro Danso e de Prudencia Marbirguarás, nascido a 16 de fevereiro de 1874, em Arguedas, (Espanha), sacerdote, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Candelária. (Qualificação requerida.)

PEDRO EUCLIDES DOS SANTOS (22.203), filho de José de Pontes Arruda e de Adelaide de Azevedo, nascido a 3 de setembro de 1891, em Natal (Estado do Rio Grande do Norte), comércio, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de São José. (Qualificação requerida, B. E. 5, n. 3.111).

ARMANDO DE OLIVEIRA SANTOS (22.185), filho de Antonio Oliveira Santos e de Gracinda da Silva Santos, nascido a 5 de março de 1898, no Distrito Federal, comércio, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Candelária. (Qualificação requerida.)

DJALMA XAVIER ALVES (22.186), filho de Pedro Antonio Alves e de Luiza Rosa Xavier Alves, nascido a 26 de novembro de 1897, no Distrito Federal, comércio, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Candelária. (Qualificação requerida.)

FRANCISCO RODRIGUES (22.192), filho de Pedro Rodrigues e de D. Honorina Rodrigues, nascido a 14 de maio de 1907, em Uruguaiana (Estado do Rio Grande do Sul), estudante, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Candelária. (Qualificação requerida.)

ANTONIO AZEVEDO (22.195), filho de João José de Azevedo e de Cecília Clara da Motta, nascido a 30 de novembro de 1912, em São Luiz do Paraitinga (Estado de São Paulo), estudante, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de S. José. (Qualificação requerida.)

CARLOS ALBUQUERQUE (22.196), filho de Jorge Albuquerque e de Preciosa Fonseca Ramos de Albuquerque, nascido a 25 de novembro de 1904, em Branco Verde (Estado de Minas Gerais), comércio, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Candelária. (Qualificação requerida.)

ANTONIO DE SOUZA (22.197), filho de José de Souza e de Benedicta Alvarenga e Silva, nascido a 20 de janeiro de 1908, em São Bento (Estado de Paulo), comércio, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Candelária. (Qualificação requerida.)

PAULO PRATES ENNES (2.943), filho de Francisco Fernandes Ennes Sobrinho e de Amália Prates Ennes, nascido a 28 de fevereiro de 1892, no Estado de São Paulo, comércio, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de São José. (Qualificação requerida.)

FRANCISCO COSTA (3.936), filho de Alexandre José da Costa e de Germina de Souza Costa, nascido a 14 de abril de 1896, em Carmo, (Estado do Rio), funcionário público, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de São José. (Qualificação "ex-officio", B. E. 23, n. 10.297).

DIOMAR NOGUEIRA TAVARES (22.187), filho de José Marques Tavares e de Leopoldina Marques Tavares, nascido a 13 de outubro de 1896, em Pelotas (Estado do Rio Grande do Sul), comércio, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Candelária. (Qualificação requerida.)

JOÃO AUGUSTO DE FIGUEIREDO (9.392), filho de Frederico Augusto de Figueiredo, nascido a 23 de junho de 1873, no Distrito Federal, comércio, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de São José. (B. E. 38, n. 9.928.)

ROGER ROSENWALD (22.142), filho de Alberto Rosenwald e de Carmen Rosenwald, nascido a 26 de fevereiro de 1899, no Distrito Federal, comércio, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de São José. (Qualificação requerida.)

CARLOS DOS SANTOS MOURÃO (22.209), filho de Olympio dos Santos Mourão e de Carlota Pouzzi, nascido a 8 de janeiro de 1896, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, linotipista, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Candelária. (Qualificação requerida.)

ANTONIO DE SAMPAIO PEREIRA DA COSTA (22.210), filho de Joaquim de Sampaio Pereira da Costa e de Ludovina Martins Sampaio, nascido a 21 de fevereiro de 1877, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, ferroviário, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Candelária. (Qualificação requerida.)

JOÃO FERREIRA DA CUNHA (22.211), filho de Antonio Ferreira da Cunha e de Bernardina Rosa da Cunha, nascido a 4 de junho de 1897, na Capital Federal, comércio, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de São José. (Qualificação requerida.)

TRAJO DA SILVA MATTOS (9.022), filho de Joaquim José de Mattos e de Porcina da Silva Mattos, nascido a 28 de setembro de 1890, na Capital Federal, funcionário público, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Candelária. (Qualificação "ex-officio", B. E. 31, n. 19.693.)

TASSO AZEVEDO DA SILVEIRA (13.575), filho de Manoel Azevedo da Silveira Neto e de Amelia Alcantara da Silveira, nascido a 11 de março de 1895, em Curitiba, Estado do Paraná, funcionário público, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Candelária. (Qualificação "ex-officio", B. E. 23, n. 3.753.)

RAYMUNDO ARAUJO NETO (22.208), filho de Benedicto de Jesus Araujo e de Maria Amorim Araujo, nascido a 3 de dezembro de 1911, em São Vicente, Estado do Maranhão, comércio, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de São José. (Qualificação requerida.)

JOÃO DO REGO BARROS (22.207), filho de Manoel Joaquim do Rego Barros e de Anna Cavalcante do Rego Barros, nascido a 30 de novembro de 1881, em Poço da Panela, Estado de Pernambuco, comércio, viúvo, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Candelária. (Qualificação requerida.)

AGNOR FELIX BRAGA (13.941), filho de Belarmino G. Felix Braga e de Norberta G. Souza Braga, nascido a 4 de maio de 1896, em São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, bancario, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de São José. (Qualificação "ex-officio", B. E. 35, n. 20.988.)

JOÃO FRANCISCO POGI DE FIGUEIREDO (22.213), filho de Manoel do Nascimento Pogi de Araujo e de Izaura Pogi de Araujo, nascido a 5 de abril de 1908, no Distrito Federal, empregado público, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de São José. (Qualificação requerida.)

JOSÉ DE AZEVEDO FERREIRA (22.212), filho de João Batista Ferreira e de Maria de Azevedo Ferreira, nascido a 24 de abril de 1909, em Lorena, Estado de São Paulo, comércio, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Candelária. (Qualificação requerida.)

ASCANIO FARIA (22.214), filho de Paulo de Faria e de Rita Torres de Faria, nascido a 25 de julho de 1903, em Itaocara, Estado do Rio de Janeiro, médico veterinário, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Candelária. (Qualificação requerida.)

RENATO RODRIGUES RIBAS (4.729), filho de Emilio Rodrigues Ribas e de Ana Ferreira Ribas, nascido a 4 de janeiro de 1901, na Capital Federal, militar, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Candelária. (Qualificação "ex-officio", B. E. 7, n. 1.174.)

ALBERTO FRANCISCO LUIZ MAHLMANN (22.215), filho de Albert Mahlmann e de Sofie Leriza Amalia, nascido a 14 de janeiro de 1880, em Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, telegrafista, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Candelária. (Qualificação requerida.)

ARTUR OROFINO LA PORTA (22.216), filho de Angelo Malanganera La Porta e de Josefina Orofino La Porta, nascido a 22 de março de 1909, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande

do Sul, médico, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Candelária. (Qualificação requerida.)

ADELINO FERREIRA (16.741), filho de José Ferreira e de Maria Ferreira, nascido a 18 de novembro de 1905, no Distrito Federal, empregado público, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Candelária. (Qualificação "ex-officio", B. E. 46, n. 23.794.)

Distrito Federal, aos 26 de janeiro de 1934. — O escrivão, *Carlos Waldemar de Figueiredo*.

SEGUNDA ZONA ELEITORAL

(Distritos municipais de Gloria, Santa Tereza, Santo Antonio e Ajuda)

Juiz — Dr. Frederico de Barros Barreto

Faço público, para os fins dos arts. 43 do Código e 25 do Regulamento dos Juizes e Cartorios Eleitorais, que por este Cartorio e Juiz da 2ª Zona Eleitoral, estão sendo processados os pedidos de inscrição dos seguintes cidadãos:

HUGO EDGAR PULLEN (10.054) filho de Hugh Charles George Pullen e de Isabel Harper Pullen, nascido a 12 de janeiro de 1888, no Distrito Federal, comércio, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Gloria. (Qualificação requerida.)

AARÃO MORAES D'ALMEIDA (10.062) filho de Leonardo Moraes d'Almeida e de Antonia Moraes d'Almeida, nascido a 7 de maio de 1884, no Distrito Federal, comerciante, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Gloria. (Qualificação requerida.)

MIGUEL PINNA RANGEL FILHO (10.195), filho de Miguel Pinna Rangel e de Porcina de Araujo Pinna Rangel, nascido a 6 de março de 1873, no Distrito Federal, funcionário público, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Gloria. (Qualificação requerida.)

LEONARDO DOMINGUES DO COUTO (7.157), filho de Manoel Domingues Couto Junior e de Anna Delphina Couto, nascido a 27 de abril de 1882, no Distrito Federal, empregado municipal, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Ajuda. (Qualificação "ex-officio").

OCTACILIO JUSTO (7.344), filho de Higino Justo e de Regina Justo nascido a 31 de julho de 1908, no Distrito Federal, empregado público, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Santo Antonio. (Qualificação "ex-officio").

GASTÃO MENDES (7.532), filho de Roque Mendes e de Reginalda Mendes, nascido a 6 de setembro de 1889, no Distrito Federal, empregado municipal, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Gloria. (Qualificação "ex-officio").

PEDRO BORELLI (7.904) filho de Lourenço Borelli e de Angelina Borelli, nascido a 10 de agosto de 1906, no Distrito Federal, operador de cinema, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Gloria. (Qualificação "ex-officio").

AIDA DA SILVA NOGUEIRA (9.054), filha de Manoel Alves da Silva e de Anna Mesquita da Silva, nascida a 6 de novembro de 1889, em São Sebastião da Estrela, Estado de Minas Gerais, domestica, casada, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Gloria. (Qualificação requerida.)

ALFREDO LOPES DE CARVALHO (10.127), filho de Zeferino Lopes de Carvalho e de Joanna Rosa de Carvalho, nascido a 30 de março de 1878, no Distrito Federal, operário, viúvo, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Gloria. (Qualificação requerida.)

EUCLYDES DAVID CARDOSO (10.128), filho de Rita Maria dos Santos, nascida a 13 de setembro de 1896, no Distrito Federal, motorista, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Santo Antonio. (Qualificação requerida.)

WALDEMAR DA SILVA BOJUNGA (10.130), filho de Eddo Adolpho Bojunga e de Emilia da Silva Bojunga, nascido a 7 de fevereiro de 1908, no Distrito Federal, médico, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Gloria. (Qualificação requerida.)

JOÃO ANTUNES GUIMARÃES (10.129), filho de Oscar Antunes Guimarães e de Alice Lopes de Moraes, nascido a 10 de julho de 1904, no Distrito Federal empregado no comércio, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Gloria. (Qualificação requerida.)

FRANCISCO JOAQUIM DE OLIVEIRA (10.131), filho de João Joaquim de Oliveira e de Isabel Maria Incarnação, nascido a 8 de fevereiro de 1902, em Aracaju, Estado de Sergipe, comércio, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Santo Antonio. (Qualificação requerida.)

ADOLPHO PEREIRA DE BARROS (10.132, filho de Cornélio Pereira de Barros e de Maria Carvalho de Barros, nascido a 29 de agosto de 1898, em Belém, Estado do Pará, auxiliar do comércio, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Gloria. (Qualificação requerida).

CARLOS BAPTISTA LAPÊR (10.133), filho de João Baptista Lapêr e de Anna de Faria Lapêr, nascido a 10 de abril de 1880, em Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, medico, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Gloria. (Qualificação requerida).

FRANCISCA AUGUSTA LORENA PEIXOTO (10.134), filha de Ernesto Peixoto e de Augusta Adelaide Lorena Peixoto, nascida a 17 de março de 1881, em Campos, Estado do Rio de Janeiro, domestica, solteira, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Gloria. (Qualificação requerida).

MATIAS ANTONIO DE MENEZES (10.135), filho de Salvador Antonio de Menezes e de Maximiana Mathilde de Menezes, nascido a 2 de fevereiro de 1861, na Capital Federal, empregado publico aposentado, viuvo, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Gloria. (Qualificação requerida).

FERNANDO OSWALDO FERREIRA D'AZEVEDO (filho de José Antonio Ferreira d'Azevedo e de Alice Gilson Ferreira d'Azevedo, nascido a 12 de novembro de 1908, em Olinda, Pernambuco, comércio, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Gloria. (Qualificação requerida).

OLIVIA PEREIRA DA CUNHA (10.137), filha de Manoel Pereira da Cunha e de Maria Pereira da Cunha, nascida a 4 de abril de 1894, em Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, modista, casada, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Santo Antonio. (Qualificação requerida).

VICTORIO TOLOMEI (10.139), filho de Dionisio Tolomei e de Emiliana Tolomei, nascido a 6 de agosto de 1898, no Distrito Federal, advogado, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Gloria. (Qualificação requerida).

JOÃO FONTES (10.140), filho de João Fontes e de Elizabeth Fontes, nascido a 9 de dezembro de 1898, em Aracajú, Estado de Sergipe, alfaiate, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Santo Antonio. (Qualificação requerida).

SYLVIO DE SOUZA SAMPAIO DA SILVEIRA (10.141), filho de José Maria Sampaio da Silveira e de Judith de Souza Sampaio da Silveira, nascido a 11 de julho de 1906, no Distrito Federal, guarda-livros, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Gloria. (Qualificação requerida).

ALVARO VIANNA (10.142), filho de João Rodrigues Vianna e de Leonor Luiza Derat Vianna, nascido a 8 de outubro de 1878, em Campos, Estado do Rio de Janeiro, comerciante, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Santa Tereza. (Qualificação requerida).

RAMIRO JOSE DE ARAUJO (10.143), filho de Manoel de Araujo e de Carlota Justina, nascido a 18 de maio de 1883, no Distrito Federal, comércio, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Gloria. (Qualificação requerida).

ALVARO TAVARES MEIRELLES (10.144), filho de João Tavares Meirelles e de Anna Gonçalves Pereira, nascido a 28 de junho de 1911, no Distrito Federal, perito contador, solteiro com domicílio eleitoral no distrito municipal de Gloria. (Qualificação requerida).

EDUARDO SOARES DE SAMPAIO (10.146), filho de Alberto de Sampaio e de Cecilia Soares de Sampaio, nascido a 5 de setembro de 1905, em Petropolis, Estado do Rio de Janeiro, engenheiro, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Gloria. (Qualificação requerida).

JOSE GONZAGA MELLO (10.147), filho de Luiz Gonzaga Mello e de Maria Gonzaga Mello, nascido a 27 de agosto de 1906, em São Miguel, Estado de Alagoas, empregado no comércio, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Santo Antonio. (Qualificação requerida).

LUIZ AUGUSTO BLAKE DE ALENCASTRO (10.148), filho de Oscar Githay de Alencastro e de Adelia Luiz Blake de Alencastro, nascido a 24 de novembro de 1899, no Distrito Federal, advogado, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Gloria. (Qualificação requerida).

JOAQUIM TEIXEIRA DE ABREU (10.149), filho de Manoel Teixeira de Abreu e de Candida Augusta de Abreu, nascido a 28 de dezembro de 1899 no distrito Federal, comércio casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Santo Antonio. (Qualificação requerida).

JOÃO CORREA DE MORAES NETTO (10.150), filho de João José Corrêa Moraes Junior e de Maria Domingues de Souza, nascido a 22 de agosto de 1904, no Distrito Federal, operario, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Santo Antonio. (Qualificação requerida).

LEO ESPOSEL (10.151), filho de Oscar Monteiro Esposel e de Orminda Monteiro Esposel, nascido a 4 de maio de 1912, no Distrito Federal, estudante, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Santo Antonio. (Qualificação requerida).

ANTONIO LAVELHA (10.152), filho de Pedro Antonio Lavelha e de Maria Trabina, nascido a 12 de junho de 1893, no Distrito Federal, comércio, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Santo Antonio. (Qualificação requerida).

AMERICO MIGUEL CAVENAGHI (10.154), filho de João Pedro Cavenaghi e de Maria Magdalena Cavenaghi, nascido a 30 de maio de 1890, em São Paulo, comércio, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Gloria. (Qualificação requerida).

ALUIZIO LOBO DE MORAES (10.156), filho de Eduardo José de Moraes e de Amalia Lobo de Moraes, nascido a 8 de setembro de 1908, em Petropolis Estado do Rio de Janeiro, comércio, solteiro, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Gloria. (Qualificação requerida).

OVIDIO CANDIDO LOPES CONRADO (10.157), filho de Adolpho José Conrado e de Piratyna Minervina Lopes Conrado, nascido a 3 de outubro de 1891, no Distrito Federal, professor casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Gloria. (Qualificação requerida).

O escrivão, *Waldemar de Figueiredo*.

TERCEIRA ZONA ELEITORAL

(Distritos municipais de Copacabana, Gavea e Lagôa)

Juiz — Dr. José Duarte Gonçalves da Rocha

Faço publico, para os fins dos arts. 43 do Código e 25 do Regulamento dos Juizes e Cartorios Eleitorais, que por este Cartório e Juizo da 3ª Zona Eleitoral, estão sendo processados os pedidos de inscrição dos seguintes cidadãos:

SYLVIO WRIGHT NETTO MACHADO (7.479), filho de Joaquim Quintanilha Netto Machado e de Mary Wright Netto Machado, nascido a 25 de maio de 1894, no Distrito Federal, comércio, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Copacabana. (Qualificação requerida, B. E. 5 n. 5.965 — 3ª zona.)

ALBERTO REGO LINS FILHO (7.480), filho de Alberto Juvenal do Rego Lins e de Francisca Emilia do Rego Lins, nascido a 27 de outubro de 1902 em Lagôa Vermelha (Estado do Rio Grande do Sul), despachante aduaneiro, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Copacabana. (Qualificação requerida n. 2.965 — 3ª zona.)

LUIZ ANTONIO TEIXEIRA LEITE (7.481), filho de Leonardo Antonio Teixeira Leite e de Maria Julia Teixeira Leite, nascido a 8 de fevereiro de 1873, no Distrito Federal, engenheiro, viuvo, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Copacabana. (Qualificação requerida n. 5.090 — 3ª zona.)

ELIE ALALUF (7.482), filho de Ovadia Alaluf e de Flor Alaluf, nascido a 25 de outubro de 1886, em Salonica, Grecia (naturalizado), negociante, casado, com domicílio eleitoral no distrito municipal de Copacabana. (Qualificação requerida, B. E. 5 n. 5.966 — 3ª zona.)

O escrivão, — *Carlos Waldemar de Figueiredo*.

Segunda Circunscrição

QUARTA ZONA ELEITORAL

(Distritos municipais de Sant'Ana, Gambôa, Espirito Santo e Rio Comprido)

Juiz — Dr. Candido Mesquita da Cunha Lobo

Faço publico, para os fins dos arts. 43 do Código e 25 do Regulamento dos Juizes e Cartorios Eleitorais, que por este Cartório e Juizo da 4ª Zona Eleitoral, estão sendo processados os pedidos de inscrição dos seguintes cidadãos:

FERMINO PEREIRA CAMPOS (7.402), filho de Antonio Pereira Campos e de Brigida Maria da Conceição, nascido a 4 de junho de 1872, no Distrito Federal, empregado publico, ca-

sado, com domicilio eleitoral no distrito municipal de Sant'Ana. (Qualificação requerida conforme processo junto).

MANOEL LOPES DE MIRANDA FILHO (7.493), filho de Manoel Lopes de Miranda e de Maria do Carmo Ramos Miranda, nascido a 20 de dezembro de 1904, no Distrito Federal, comércio, solteiro, com domicilio eleitoral no distrito municipal de Rio Comprido. (Qualificação requerida conforme processo junto).

JOSE FERREIRA LIMA (7.404), filho de Antonio Ferreira Lima e de Maria Fernina da Conceição Lima, nascido a 20 de outubro de 1902, em Campo Bello, Estado do Ceará, comércio, solteiro, com domicilio eleitoral no distrito municipal de Espirito Santo. (Qualificação requerida conforme processo junto).

CARLOS AUGUSTO DE OLIVEIRA (7.405), filho de José Augusto de Oliveira e de Hortencia Rosa de Oliveira, nascido a 3 de abril de 1895, no Distrito Federal, contador casado, com domicilio eleitoral no distrito municipal de Santa'Ana. (Qualificação requerida conforme processo junto).

JOSE NORONHA REBOUÇAS (7.406), filho de João Raymundo Rebouças e de Elisa Noronha Rebouças, nascido a 31 de janeiro, de 1911, no Rio Grande do Norte, comércio, solteiro, com domicilio eleitoral no distrito municipal de Sant'Ana. (Qualificação referida conforme processo junto).

TERTULIANO CARNEIRO DA CUNHA (7.407), filho de Manoel Tertuliano C. da Cunha e de Maria Rodrigues da Cunha, nascido a 11 de fevereiro de 1908, no Distrito Federal, solteiro, marítimo, com domicilio eleitoral no distrito municipal do Espirito Santo. (Qualificação requerida conforme processo junto).

ANTONIO TOMMASI (7.408), filho de Rogerio Tommasi e de Sylvia Tommasi, nascido a 13 de junho de 1902, no Distrito Federal, comércio, casado.

JOÃO MALGITANO (7.409), filho de Antonio Malgitano e de Maria Rosario Malgitano, nascido a 9 de fevereiro de 1897, no Distrito Federal, ourives, casado, com domicilio eleitoral no distrito municipal de Sant'Ana. (Qualificação requerida conforme processo junto).

NELSON FERREIRA DE ARAUJO (2.241), filho de João Ferreira de Araujo e de Zulmira Ferreira de Araujo, nascido a 20 de dezembro de 1897, no Distrito Federal, funcionário público, casado com domicilio eleitoral no distrito municipal de Sant'Ana. (Qualificação requerida conforme processo junto).

UBIRAJARA MARCIANO LACE (2.564), filho de Francisco Feliciano Lacé e de Angelina da Costa Machado Lacé, nascido a 16 de outubro de 1904, no Distrito Federal, funcionário público, solteiro, com domicilio eleitoral no distrito municipal de Sant'Ana. (Qualificação requerida conforme processo junto).

MARIO CASTRO DOS SANTOS (3.640), filho de Dino dos Santos e de Ignez de Castro, nascido a 12 de outubro de 1882, no Estado do Rio de Janeiro, motorista, casado, com domicilio eleitoral no distrito municipal do Espirito Santo. (Qualificação requerida conforme processo junto).

MANOEL JESUINO PENNA (5.907), filho de Manoel Jesuino Penna e de Jesuina da Conceição Penna, nascido a 20 de março de 1889, no Estado do Ceará, empregado público, casado, com domicilio eleitoral no distrito municipal de Espirito Santo. (Qualificação "ex-officio", B. E. 59, n. 43.433).

Distrito Federal, aos 26 de janeiro de 1934. — *Ivanc Evaristo de Oliveira.*

EXPEDIÇÃO DE TITULOS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

A Secretaria do Tribunal Regional do Distrito Federal faz público, para conhecimento dos interessados, que, por deliberação tomada em sessões pelo Tribunal, ordenou o mesmo Tribunal a expedição dos titulos eleitorais dos seguintes cidadãos:

Número do título — Nome — Número do processo

- 1.300. Alfredo José Mahet (11.112).
- 1.244. Alfredo Nogueira d'Oliveira (7.355).
- 1.299. Alfredo da Silva Ramos (11.071).
- 1.310. Altamiro Bezerra Pedreira (11.111).
- 1.268. Alvaro Caetano de Castro (7.097).
- 1.297. Amadeu Andréa (11.067).
- 1.254. Antenor de Souza (6.118).

- 1.253. Antonio José Cortaz (1.545).
- 1.264. Antonio Maria Marques de Oliveira (6.200).
- 1.302. Arlette Jardim da Fonseca (11.074).
- 1.272. Armando Ezelino da Silva (22.122).
- 1.233. Arnaldo Alves de Souza Bandeira (10.024).
- 1.312. Augusta Lessa (11.107).
- 1.263. Augusto Carlos Neronha Junior (7.089).
- 1.256. Antonio Leite (22.115).
- 1.271. Antonio Machado Lopes (14.360).
- 1.283. Carlos Evaristo Coutinho (3.813).
- 1.266. Dolores Gomes (6.206).
- 1.304. Domingos Pessoa dos Santos (11.114).
- 1.316. Edgard dos Anjos Lima (11.069).
- 1.277. Edgard De Beaclair (5.488).
- 1.242. Eduardo Ayres de Vasconcellos (6.076).
- 1.279. Elias Gaze (6.203).
- 1.305. Elygio Fernandes de Araujo (11.077).
- 1.314. Eugenio Estacio de Faria (11.106).
- 1.293. Francisco Jascone (11.113).
- 1.278. Francisco José de Souza (6.204).
- 1.276. Francisco Leopoldo Carneiro da Silva (19.609).
- 1.308. Francisco de Oliveira Porto (11.075).
- 1.260. Gaspar Coelho de Magalhães (7.463).
- 1.262. Gil Candido de Castro Lyra (7.085).
- 1.258. Gilberto Costa de Assis Mascarenhas (7.443).
- 1.259. Guilherme de Azevedo Sussekind (7.460).
- 1.294. Helvecio dos Santos (11.079).
- 1.301. Heraclita Guilhem Soares (11.004).
- 1.269. Herculano Gomes Porto (7.092).
- 1.280. Homero Pereira Guina (6.205).
- 1.298. Isaura Pereira Rubins (11.073).
- 1.281. Izidro da Costa e Souza (5.180).
- 1.286. Jayde Tavares Carneiro de Mello (22.136).
- 1.317. Jayme de Almeida (11.081).
- 1.247. João Amorim dos Santos (22.126).
- 1.252. João Francisco Vianna (10.036).
- 1.318. João Marques de Oliveira (11.103).
- 1.285. Joaquim da Fonseca (2.147).
- 1.240. Joaquim Francisco Corrêa dos Santos (8.875).
- 1.249. Joaquim Gaia (2.439).
- 1.261. Jorge Americano de Almeida Gonzaga (7.070).
- 1.245. Jorge Jesus de Oliveira (7.358).
- 1.239. José Candido de Menezes (7.096).
- 1.289. José Corrêa da Silva Noronha (22.138).
- 1.306. José Pereira Ribeiro (11.080).
- 1.287. Joventino Teixeira da Silva (8.203).
- 1.273. Juracy Carvalho (22.125).
- 1.313. Lucio Lopes de Araujo (11.072).
- 1.292. Luiz Machado d'Avila (11.078).
- 1.288. Luiz Neves da Silva (6.191).
- 1.243. Manoel Benedicto Barcellos (2.493).
- 1.315. Manoel Norberto do Nascimento Maciel (11.105).
- 1.274. Manoel Pereira da Silva (4.658).
- 1.255. Manoel Rodrigues da Matta (22.117).
- 1.307. Maria Lucia Vairão (11.101).
- 1.248. Mauricio Getulio Pinel (11.090).
- 1.267. Miguel Angelo Mazza (7.099).
- 1.251. Miguel Barberá Manchano (10.020).
- 1.250. Miguel Kalil Wazen (7.270).
- 1.241. Octavio Brasileiro da Costa (5.409).
- 1.284. Odilon Francisco dos Santos (8.554).
- 1.275. Olympio Marques Cruz (22.134).
- 1.291. Orlando Gonçalves de Sá (11.109).
- 1.270. Paschoal Cardoso (22.139).
- 1.296. Paulo Fonseca de São Thiago (11.108).
- 1.246. Raul Custodio de Saboia e Silva (22.121).
- 1.257. Raul Miniutti Scandell (7.461).
- 1.303. Renato Renner (11.102).
- 1.311. Robbin da Motta (11.066).
- 1.295. Rubem da Rocha Werneck (11.100).
- 1.265. Serafina Lourenço (6.195).
- 1.290. Thales Curado (11.076).
- 1.309. Waldemar Mourão de Oliveira (11.065).
- 1.282. Waldemar Teixeira (22.137).

Nos termos do art. 46 do Regimento, os titulos serão entregues aos proprios eleitores, ou a quem restituir o recibo de que trata o art. 15, § 4º, com a assinatura do eleitor, no verso, isto no prazo de três dias; após decorrido tal prazo serão os titulos remetidos ao cartórios respectivos.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1934. — Pelo diretor, *Modesto Donatini Dias da Cruz*, oficial.

Imprensa Nacional (Officinas do Calabouço)

RIO DE JANEIRO